

Ata da 1ª Sessão Extraordinária no 1º Período do 25º Ano Legislativo da Câmara Municipal de Guapimirim, realizada no dia 1º de fevereiro de 2017.

Às onze horas e quarenta e oito minutos do dia primeiro de fevereiro de dois mil e dezessete, sob a presidência do Vereador **Halter Pitter dos Santos da Silva**, realizou-se a *Primeira Sessão Extraordinária no Primeiro Período do Vigésimo Quinto Ano Legislativo da Câmara Municipal de Guapimirim*. Após a execução dos hinos nacional brasileiro e municipal de Guapimirim, o senhor **Presidente**, dando início à reunião, pediu ao Segundo Secretário que fizesse a chamada dos Srs. Vereadores, verificando-se a ausência de Rosalvo de Vasconcellos Domingos. Em seguida, colocou em discussão e votação a ata da Sessão Solene do dia 1º de janeiro de 2017, que, não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, foi aprovada por unanimidade. A seguir, pediu ao vereador Alex Rodrigues Gonçalves, que substituíra o ver. Rosalvo de Vasconcellos Domingos na função de Primeiro Secretário, que fizesse a leitura da pauta da Ordem do Dia, na qual constavam as seguintes proposições do Poder Executivo: **Projeto de Lei n.º1185/17**, que estabelece nova estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal de Guapimirim e dá outras providências; **Projeto de Lei Complementar n.º018/17**, que dispõe sobre a extinção da Guarda Ambiental, reorganização e atribuições da Guarda Civil Municipal, revoga as leis municipais n.º 730 de 02 de agosto de 2012 no que couber, n.º 781 de 02 de setembro de 2013, n.º 557 de 26 de outubro de 2006, n.º 324 de 01 de junho de 2001, dispõe sobre o Estatuto da Guarda Civil Municipal e dá outras providências; **Projeto de Lei Complementar n.º019/17**, que institui o Código de Posturas do Município de Guapimirim e dá outras providências; **Projeto de Lei Complementar n.º020/17**, que dispõe sobre a criação do Regimento Interno e do Código de Ética e Conduta da Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil – SSEOP, na estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Guapimirim, e dá outras providências; **Projeto de Lei Complementar n.º021/17**, que dispõe sobre a criação do Departamento Municipal de Trânsito – DEMUTRAN, e da Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI do Município de Guapimirim, e dá outras providências; **Projeto de Lei Complementar n.º022/17**, que dispõe sobre a criação da Corregedoria Geral da Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil de Guapimirim e dá outras providências. Após a leitura, o Sr. **Presidente**, pelo fato de a convocação desta Sessão se destinar, a princípio, somente à apreciação do Projeto de Lei n.º1185/17, submeteu à votação do Plenário a inclusão dos demais Projetos lidos na pauta de discussão, o que foi aprovado unanimemente pelos seus pares. Prosseguindo, agradeceu a presença do Exmo. Prefeito Municipal de Guapimirim, Sr. Jocelito Pereira de Oliveira, do Exmo. Vice-Prefeito e Secretário de Governo, Sr. Ricardo de Oliveira Almeida, e de demais Secretários Municipais, servidores e munícipes. Ato contínuo, convidou o Vice-Prefeito a fazer uso da palavra no Plenário, com o objetivo dar maior clareza às propostas apresentadas pelo Executivo, de modo que os parlamentares pudessem formular melhor suas opiniões e decidir sobre elas. Com a **palavra**, o Vice-Prefeito cumprimentou a todos e explicou que a reformulação administrativa do Poder Executivo era necessária devido à crise econômica pela qual o país passava, e que, conseqüentemente, afetava também as unidades federativas e municípios, sendo necessária, por isso, a redução de despesas, que, no caso de Guapimirim, uma vez aprovadas as

propostas naquele momento apresentadas, seria da ordem de aproximadamente R\$5.300.000,00 (cinco milhões e trezentos mil reais) anuais, reduzindo de 1100 para 584 o número de cargos comissionados, o que não significava que esses recursos sobrariam, mas que seria gasto somente o possível, evitando-se, por exemplo, atrasos salariais ou dívidas com fornecedores, e antecipando-se, dessa forma, ao quadro de dificuldades econômicas que se apresentava para o ano 2017. Quanto à criação das Secretarias Municipais de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil, e de Esporte e Lazer, ressaltou que elas visariam, em conjunto, a coibir e monitorar atos criminosos e promover ações que reduzam os índices de criminalidade no município, uma vez que os jovens, por falta de opções de atividades complementares aos estudos, como as esportivas, acabam sendo aliciados à prática de delitos. Com relação à reorganização, definição de atribuições e criação do Estatuto da Guarda Civil Municipal, esclareceu que o objetivo era dar à corporação os mecanismos oficiais essenciais e obrigatórios para o desenvolvimento de suas atividades, destacadamente no trânsito e na segurança pública. Discorreu, ainda, sobre a importância da instituição do Código de Posturas do Município, uma vez que recai sobre a Administração Municipal a responsabilidade de cuidar da organização da cidade e promover o bem-estar público, o que deveria ter sido feito no prazo máximo de um ano após a promulgação da Lei Orgânica Municipal em 1993. Disse também que a reorganização da estrutura administrativa municipal não trazia apenas uma redução de despesas, mas também tinha a pretensão de aumentar a eficiência na prestação dos serviços públicos, de forma descentralizada, de modo que até mesmo o Poder Legislativo seria beneficiado, já que muitos dos problemas que deveriam ser tratados pelo Executivo acabavam sendo levados pelos munícipes aos vereadores, fato esse que, provavelmente, não ocorreria mais. Ademais, declarou já ter participado de outros governos, mas que nenhum deles havia sido como o atual, no qual existia uma cobrança muito maior, mais trabalho e empenho por parte do Prefeito e de seus Secretários. Por fim, colocou-se à disposição dos edis para desfazer quaisquer dúvidas com relação aos projetos apresentados pelo Executivo Municipal. Com a **palavra**, o Sr. **Presidente** afirmou ter ficado claro o porquê da urgência no votação das proposições, que objetivavam, sucintamente, a aplicabilidade dos princípios da economicidade e da eficiência da administração pública. A seguir, submeteu à deliberação do Plenário que os Projetos fossem votados em bloco, o que foi aprovado por unanimidade. Imediatamente, informou que a votação ocorreria de forma nominal, e passou a palavra aos senhores vereadores para que fizessem suas considerações e declararem seus votos favoráveis (“SIM”) ou contra (“NÃO”) os projetos. Com a **palavra**, o ver. **Paulo César da Rocha** votou “SIM”. Com a **palavra**, o ver. **Oswaldo São Pedro Pereira** elogiou as primeiras ações do Poder Executivo no ano, que, a seu ver, denotam grande comprometimento com a cidade, e votou “SIM”. Com a **palavra**, o ver. **Cláudio Vicente Vilar** afirmou que o Governo Municipal estava no caminho certo, olhando para as necessidades da população, e votou “SIM”. Com a **palavra**, o ver. **André de Azeredo Dias** se disse feliz com a presença do Prefeito e de seu Vice, principalmente pelo fato de seu antecessor não ter demonstrado a mesma preocupação em acompanhar os trabalhos do Legislativo. Ressaltou, também, a importância do poder coercitivo que a Guarda Civil Municipal passaria a ter com a aprovação dos projetos relacionados a ela, e a eficácia de indicar aos jovens um caminho saudável, como os esportes, prevenindo-se, assim, que seguissem o caminho

do crime; concluindo, votou “SIM”. Com a **palavra**, a vereadora **Alessandra Lopes de Souza** destacou o momento de crise pelo qual o país passava e a importância da economia trazida para os cofres do Poder Executivo pela sua reestruturação administrativa, bem como das medidas em prol da segurança pública local. A vereadora votou “SIM”. Com a **palavra**, o ver. **Alex Rodrigues Gonçalves** salientou que os projetos apresentados pela Prefeitura de Guapimirim trariam diversos benefícios para o município, como a criação das Secretarias de Segurança e de Esportes, por motivos já explicitados, e a economia proporcionada pela nova estrutura da administração municipal, muito bem-vinda num momento tão difícil pelo qual todos os municípios estavam passando. Falou, ainda, sobre a harmonia que sempre deveria existir, e que, naquele momento, existia entre os Poderes Executivo e Legislativo de Guapimirim, e que já proporcionara tantas mudanças visíveis no município em apenas um mês. Terminando, o edil votou “SIM”. Com a **palavra**, o ver. **Nelcir do Amorim Alves** agradeceu a Deus e parabenizou o Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores pelo empenho demonstrado já no primeiro mês de mandato, provocando mudanças consideráveis numa cidade que estava “esquecida” pelo poder público. O parlamentar votou “SIM”. Com a **palavra**, o sr. **Presidente** disse ter ficado claro que o ponto mais importante, diante do cenário de crise que o Brasil atravessava, era a economicidade que se alcançaria com a reestruturação administrativa municipal, mas que não se poderia deixar de ressaltar a importância da criação da Secretaria de Esportes, já que em Guapimirim havia poucas oportunidades de lazer, de cultura, de emprego, e o esporte, na maioria dos casos, era a porta de entrada para o entretenimento e ocupação dos jovens, além de doutriná-los, bem como da Secretaria de Segurança, Ordem Pública e Defesa Civil, classificando-a como uma atitude corajosa do Prefeito, que estava chamando para si a responsabilidade da segurança pública municipal, da qual a maioria dos Prefeitos se desobriga, alicerçando-se em uma cultura vencida de que os municípios não deveriam assumir tal responsabilidade, o que não condizia com a realidade da violência no país, em especial no Estado do Rio de Janeiro. Frisou, ainda, ser vergonhoso o município ainda não possuir um Código de Posturas após tantos anos de emancipação, mas que estava feliz por participar dessa regularização, assim como da regulamentação da Guarda Civil Municipal, já que de nada adiantava mantê-la sem condições de atuar, sem respeito próprio e da população, pois todo servidor precisava estar bem preparado, respaldado pela lei e em condições de prestar o melhor serviço. Diante do exposto, parabenizou o Poder Executivo pelas iniciativas, que mais que justificavam a convocação desta Sessão Extraordinária, e votou “SIM”. Antes de encerrar a Sessão, o sr. **Presidente** comentou sobre a declaração do ver. André de Azeredo de que o Governo Municipal anterior não tinha a mesma preocupação que o atual de acompanhar os trabalhos do Legislativo, afirmou que a presença dos mandatários do Poder Executivo era uma prova de respeito para com a Casa de Leis, demonstrando que os dois poderes estavam dispostos a caminhar de uma forma diferente, cada um exercendo suas atribuições dentro da legalidade, resguardando-se a harmonia e o respeito entre ambos. Por conseguinte, não havendo objeção de seus pares, convidou o Sr. Prefeito a fazer uso da palavra. Com a **palavra**, o Exmo. Sr. **Prefeito** Jocelito Pereira de Oliveira cumprimentou a todos e agradeceu o Sr. Presidente e demais vereadores pela oportunidade de se pronunciar na Sessão. A seguir, explicou que, a princípio, devido a um compromisso que ele tinha na cidade do Rio de Janeiro, o Vice-Prefeito o representaria, mas que, graças

ao bom trânsito encontrado na volta, conseguiu chegar a tempo. Informou, em seguida, ter tido uma reunião com o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, a quem afirmou que o Prefeito também era responsável pela segurança de seu município, e de quem ouviu que ele gostaria que cinquenta ou, pelo menos, trinta por cento dos Prefeitos pensassem da mesma forma. Disse, ainda, que a Prefeitura de Guapimirim, reconhecendo a dificuldade pela qual passava o Estado do Rio Janeiro, estava abastecendo as viaturas da delegacia local, além de ter assumido o compromisso de reformar o D.P.O., como também as viaturas, sob a condição de que estas seriam utilizadas somente em território guapimirense, e que o Comandante Geral teria assumido o compromisso de colocar uma PATAMO (Patrulha Tático Móvel) a serviço do município, de doar duas cabines blindadas a serem instaladas em Parada Modelo e na Vila Olímpia, a construção de um D.P.O. no Vale das Pedrinhas, aumento do policiamento no município, dentre outras soluções para a segurança local. Frisou, também, a importância da regulamentação da Guarda Civil Municipal, cujo crédito intelectual era do Secretário Leonardo Rodrigues Neves, que se debruçou sobre a questão pelos últimos quatro meses até que se chegasse à melhor proposta para o município, garantindo uma guarda com poder coercitivo e que estava sendo capacitada para atuar nas ruas promovendo a ordem e a segurança. O Sr. Prefeito comentou sobre um evento do qual participara no Hotel Guanabara, onde atendera a imprensa e foi entrevistado por um reconhecido jornalista, que o parabenizou por seus primeiros trinta dias de governo, em que já havia, inclusive, pago o salário dos servidores. Afirmou, ademais, que a economia gerada com a reestruturação administrativa do Executivo não seria apenas de cinco milhões, mas, sim, de quase o dobro desse valor, pois havia sido feito um recadastramento em que se constatou a existência de cento e quatorze “funcionários fantasmas”, fato esse que, após apuração mais aprofundada, seria denunciado ao Ministério Público. Declarou, também, ter convidado o Ministério Público a adentrar o Hospital Municipal para observar as condições abaixo das recomendadas em que estava funcionando devido à falta de recursos, pois era muito difícil trabalhar em um município onde o Secretário de Saúde ou o Diretor do Hospital estavam sempre sendo ameaçados por liminares judiciais para que conseguissem fazer transferências de pacientes, sob a pena de prisão em caso de descumprimento, assunto sobre o qual também disse ter tratado com o Ministro da Saúde, dado que o hospital era uma unidade de baixa complexidade e, portanto, não deveria ser cobrado como se fosse de alta. Concluindo, exaltou sua equipe de trabalho, formada por pessoas comprometidas e que vinham se empenhando muito além do que somente no horário de expediente, e reafirmou sua parceria com o Legislativo Municipal, comprometendo-se a ter uma agenda de atendimentos periódicos aos edis. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente agradeceu, mais uma vez, a presença dos representantes do Poder Executivo e do público, convidando a todos para a primeira sessão ordinária do ano que seria realizada no dia vinte e um de fevereiro, e encerrou esta reunião quando eram doze horas e vinte e seis minutos. Nada mais tendo a registrar, eu, Alex Rodrigues Gonçalves, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário, mandei lavrar a presente Ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais Vereadores.